



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletrônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2017  
PROCESSO Nº 177/2017**

Razão Social: _____
CNPJ Nº _____
Endereço: _____
E-mail: _____
Cidade: _____ Estado: _____
Telefone: _____ Fax: _____
Celular: _____
Contato: _____
Recebemos através do acesso à página <a href="http://www.trt16.jus.br">www.trt16.jus.br</a> ou <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a> ., nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.
Local: _____, de _____ de 2017.
_____ Assinatura

Senhor Licitante,

Objetivando comunicação futura entre o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e essa empresa, solicitamos a V. Sa. o preenchimento e remessa do recibo de entrega do Edital supra à Seção de Licitações pelo e-mail: [cpl@trt16.jus.br](mailto:cpl@trt16.jus.br).

O não encaminhamento do recibo exime o Pregoeiro e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Os pedidos de esclarecimentos referentes a este pregão deverão ser enviados ao pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico via Internet, para o endereço [cpl@trt16.jus.br](mailto:cpl@trt16.jus.br) (art.19 do Decreto nº 5.450/2005).



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2017**  
**PROCESSO Nº 177/2017**  
**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO**  
**DATA DA ABERTURA: 18/04/2017**  
**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9:00 h**  
**LOCAL: [WWW.COMPRASNET.GOV.BR](http://WWW.COMPRASNET.GOV.BR)**

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (Uasg 080018), por seu Pregoeiro designado pela **Portaria GP n. 040, de 19 de janeiro de 2017**, e tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 177/2017** torna público que realizará licitação, **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **menor preço** regido pelas disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17.07.2002, Decreto 5.450, de 31.05.2005, Decreto nº 7.892/2013 (alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014), pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, Decreto nº **8.538/2015** e pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078 de 11.09.90, bem como pelas disposições contidas no presente Edital e o Termo de Referência, e demais anexos parte integrante e complementar do Edital.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília-DF**, e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## **1 DO OBJETO**

**1.1** A presente licitação tem por objeto a constituição de **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição, eventual e futura, de **materiais e insumos odontológicos**, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste Edital;

**1.2** A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

**1.3** Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão sempre as últimas.

## **2 DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**2.1** O órgão gerenciador do Registro de Preços será o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA**  
**SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017**

### **3 DOS ANEXOS - CONSTITUEM ANEXOS DO EDITAL**

**3.1 Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA;**

**3.2 Anexo II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;**

### **4 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**4.1 Este pregão destina-se exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina o art. 6º do Decreto 8.538, de 06/10/15, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste certame desde que:**

**4.1.1** Não tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, sem que tenha sido promovida a reabilitação perante o órgão que aplicou a penalidade; ou punidas com suspensão pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, enquanto perdurar a suspensão;

**4.1.2** Não estejam reunidas em consórcio e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que sejam suas formas de constituição, ou ainda, empresas estrangeiras não autorizadas a funcionarem no País.

**4.1.3** Não estejam em processo de falência ou insolvência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

**4.1.4** Não estejam proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

**4.1.5** Não estejam proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

**4.2** Como requisito para participação neste pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital e declarar a inexistência fato superveniente.

**4.3** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

**4.4** O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, CNJ E CEIS, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.



## 5 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

**5.1** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art.3º, § 1º do Decreto nº 5.450/2005), no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**5.2** O credenciamento da licitante, bem como sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

**5.3** As informações para cadastramento no SICAF estão disponíveis no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**5.4** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a este TRT, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

**5.5** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção da sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005).

**5.6** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 13, inciso III, do Decreto nº 5.450/2005).

**5.7** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005).

## 6. DA PROPOSTA DE PREÇO

**6.1** Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento das propostas;

**6.1.1** A licitante deverá cotar o preço unitário do item, com a indicação de uma única marca e fabricante;



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA**  
**SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017**

**6.1.2** No caso de dúvida quanto a especificação do objeto na proposta apresentada no sistema, o pregoeiro poderá solicitar do licitante a remessa da proposta via sistema ou e-mail de forma a esclarecer a dúvida suscitada;

**6.2** A proposta deverá conter, sob pena de desclassificação, a especificação do objeto com a indicação de uma única marca e fabricante de acordo com as especificações exigidas no Anexo A do Termo de Referência.

**6.3** É recomendável que os licitantes apresentem suas propostas com antecedência, não deixando para cadastrá-las no dia do certame. O sigilo das propostas é garantido pelo sistema comprasnet e apenas na data e horário previstos para a abertura, as propostas tornam-se publicamente conhecidas.

**6.4** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.(art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005).

**6.5** É vedado ao licitante apor na proposta qualquer elemento que possa identificá-lo, sob pena de desclassificação.

**6.6** A oferta deverá ser firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**6.7** Nos preços propostos deverão estar contidos todos os custos diretos e indiretos, tributos, materiais, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

**6.8** As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

## **7 DA DIVULGAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**

**7.1** No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, a sessão pública na Internet será aberta por comando do Pregoeiro (art. 22 do Decreto nº 5.450/2005);

**7.2** Aberta a sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquela(s) que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital (22 § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);

**7.3** A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes (art. 22, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005);

**7.4** A partir da abertura da sessão pública *on line* até o encerramento da fase de lances, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes somente poderá ocorrer via sistema eletrônico, mediante a utilização do campo próprio para a troca de mensagens (chat), vedado qualquer identificação da licitante, sob pena de desclassificação.



## 8 DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

**8.1** Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro (art.24, caput e § 1º, do Decreto nº 5.450/2005);

**8.2** O licitante que tiver sua proposta eletrônica desclassificada não poderá ofertar lances;

**8.3** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital (art. 24, § 2º do Decreto nº 5.450/2005);

**8.4** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (art.24, §3º, do Decreto nº 5.450/2005);

**8.4.1** O sistema durante a etapa de lances registrará em ata, lance acima do menor lance ofertado, desde que este seja inferior ao último lance encaminhado pelo respectivo fornecedor;

**8.5** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro (art.24, §4º, do Decreto nº 5.450/2005);

**8.6** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance (art.24, §5º, do Decreto nº 5.450/2005);

**8.7** No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo registrados, sem prejuízo dos atos realizados;

**8.7.1** Quando a desconexão persistir por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação ( [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br));

**8.8** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, que definirá período entre um a sessenta minutos;

**8.8.1** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, observado o período definido pelo pregoeiro, após o que transcorrerá **período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado**, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (art.24, §§ 6º e 7º do Decreto nº 5.450/2005);

**8.9** Encerrada a etapa de lances, a sessão pública poderá ser suspensa, a critério do pregoeiro, sendo justificado o motivo da suspensão no sistema;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

**8.10** A sessão pública será reiniciada no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) em data e horário determinados pelo pregoeiro quando da sua suspensão, devendo os interessados estarem conectados a fim de acompanhar o desenrolar da sessão pública.

## **9 DA NEGOCIAÇÃO**

**9.1** Após a realização do desempate das propostas e classificação final das licitantes, o pregoeiro poderá encaminhar, via sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (art. 24, §8º, do Decreto nº 5.450/2005);

**9.2** Ocorrendo a situação a que se refere o **item 9.1** o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

## **10 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**10.1** Para julgamento será adotado o critério de menor preço , atendidas as exigências e especificações estipuladas no Edital e seus anexos;

**10.2** O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação;

**10.3** Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital e seus anexos e aquelas com item com preço acima do valor estimado no Termo de Referência;

**10.4** O ônus da prova da exequibilidade dos preços apresentados caberá ao autor da proposta, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da data da notificação;

**10.5** Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das Propostas de Preços, sagrando-se vencedora aquela que apresentar o menor preço;

**10.6** Se a proposta ou o lance, de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital e seus Anexos;

**10.7** Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital e anexos, o licitante será declarado vencedor.

**10.8** Todos os valores, preços e custos da proposta terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (art.5º, Lei n.º 8.666/93). Serão desclassificadas as propostas que não atenderem a essa determinação legal.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

**10.9** É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais ou que reflitam variações dos preços.

## **11 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**11.1** É permitida a comprovação da **habilitação jurídica e regularidade fiscal**, na forma e condições estabelecidas neste Edital, por meio de cadastramento no SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), nos termos do Decreto nº 3.722, de 09/01/2001, do Decreto nº 4.485, de 25/11/2002, e da IN MARE nº 05, de 21/07/1995 e suas alterações e a comprovação de **regularidade trabalhista** através de consulta ao *site* do Tribunal Superior do Trabalho. Fica assegurada às empresas o direito de apresentarem a documentação atualizada e regularizada na própria sessão do Pregão, cujo resultado será informado às interessadas.

**11.2** A etapa de habilitação compreenderá a verificação e análise dos “Documentos de Habilitação” da licitante classificada em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital e para as licitantes inscritas no SICAF e que optaram por utilizar esse Sistema, a verificação será feita por meio de consulta “on-line” da regularidade quanto ao cadastramento no SICAF.

**11.2.1** A convocação para apresentação da **documentação atualizada** será feita através do **sistema**, devendo a empresa encaminhar o documento por meio do link “Anexar” ou pelo e-mail [cpl@trt16.jus.br](mailto:cpl@trt16.jus.br), quando convocado pelo pregoeiro, através do chat, **no prazo de até 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação. Os documentos deverão estar “scaneados” antecipadamente e compor um único arquivo para emissão;

**11.3** Ainda para efeito de habilitação, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico no sitio do comprasnet, que a empresa não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre, assim como não utiliza trabalho de menores de 16 (desesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, conforme exigência contida no inciso XXXIII do art. 7º da CF/88 e art. 27, V, da Lei 8.666/93.

**11.4** Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados, mediante reconhecimento da assinatura do tabelião ou notário do país de origem, que tiver reconhecido a assinatura do emitente de tais documentos, além de serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado;

**11.5** O (s) licitante (s) vencedor (as) que optarem por não utilizar o SICAF para fins de verificação de seu cadastramento, ou havendo irregularidade ou documento vencido, deverá encaminhar quando solicitado pelo pregoeiro através do chat, por meio do link “Anexar”, pelo sistema comprasnet, os documentos abaixo:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

### 11.5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

**11.5.1.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Registro Comercial, no caso de empresa individual.

**11.5.1.2** Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**11.5.1.3** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

**11.5.1.4** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

### 11.5.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

**11.5.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**11.5.2.2** Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos tributos federais, abrangidas inclusive as contribuições sociais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, de acordo com a Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014);

**11.5.2.3** Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal;

**11.5.2.4** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual referente ao ICMS (Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação).

**11.5.2.5** Havendo restrição na **regularidade fiscal**, das microempresas e empresas de pequeno porte com direito ao favorecimento estabelecido na LC 123/2006, ser-lhe-á concedido o prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a requerimento do interessado dentro do prazo estabelecido e a critério da administração, para a regularização da documentação, contados da decisão do pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame (art. 43, § 1º, da LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014);

**11.5.2.6** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **11.5.2.5**, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação (**art. 43, § 2º, da LC 123/2006**);

**11.5.2.7** Prova de inexistência de Débitos Trabalhista, mediante a consulta da certidão negativa no sítio do TST, nos termos do inc. V do art. 29 da Lei 8.666/93, com nova redação instituída pela Lei nº 12.440/11(disponível no *site* do TST – <http://www.tst.jus.br/certidao> ).

### **11.5.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**11.5.3.1** Apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do **licitante**.

**11.6** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste Edital e seus anexos;

**11.7** Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por tabelião de notas, ou publicação em Órgão de Imprensa Oficial;

**11.8** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado;

**11.9** Quando houver documentos que não sejam expedidos pela própria empresa e o órgão emissor não declare a validade do documento, este terá validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão;

**11.10** A não apresentação de documentos ou não cumprimento de quaisquer das exigências deste item importará em imediata inabilitação do Licitante;

**11.11** Para fins de habilitação, constitui meio legal de prova, a verificação pelo TRT nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões (art.25, § 4º do Decreto nº 5.450/2005);

**11.12** Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora;

**11.13** Na hipótese de a licitante mais bem classificada não ser beneficiária do direito de preferência e desatender às exigências habilitatórias, será declarada inabilitada. Cabendo ao Pregoeiro examinar a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

**11.14** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico;

**11.15** Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo Pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos para homologação do certame e decisão quanto à contratação; na hipótese de existência de recursos, os autos serão encaminhados ao Diretor Geral deste TRT para julgamento e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora, homologação do certame e decisão quanto à contratação;

**11.16** No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art.26, § 3º do Decreto nº 5.450/2005);

## **12 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**12.1** Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão;

**12.2** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

**12.2.1** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão disponibilizados no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), no link: acesso livre > pregões > agendados ou no menu principal, no link: visualizar impugnações > esclarecimentos > aviso;

**12.3** Até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública o interessado poderá solicitar **esclarecimentos** sobre ato convocatório do Pregão, **exclusivamente no endereço** [cpl@trt16.jus.br](mailto:cpl@trt16.jus.br).

**12.4** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

## **13 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**13.1** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma **imediate e motivada**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (art.26 do Decreto nº 5.450/2005);



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

**13.2** A falta de manifestação **imediate e motivada** do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem imediatamente anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor (art.26, §1º, do Decreto nº 5.450/2005);

**13.2.1 Intenção motivada** de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão;

**13.3** O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade do recurso, aceitando ou rejeitando a intenção de recurso do licitante;

**13.4** Os registros das razões do recurso e das contra-razões serão realizados em campos específicos no próprio sistema;

**13.5** O sistema encaminhará automaticamente e-mail para os demais licitantes quando do registro das razões do recurso;

**13.6** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (art.26, §2º, do Decreto nº 5.450/2005);

**13.7** Caso o pregoeiro não reconsidere sua decisão, submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento;

**13.8** As decisões do Pregoeiro e autoridade competente serão registrados em campo específico do sistema;

**13.9** Julgado os recursos, o Diretor-Geral do TRT fará a adjudicação do objeto licitado à licitante declarada vencedora, homologará a licitação e decidirá quanto a contratação.

## **14 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**14.1** Adjudicação será feita pelo pregoeiro sem que tenha havido recurso, caso contrário, pelo Diretor Geral deste TRT;

**14.2** A contratação resultante do objeto deste Edital rege-se ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

## **15 DO REGISTRO DE PREÇOS**

**15.1** O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;

**15.2** Homologado o resultado deste **Pregão**, as **licitantes** classificadas, observado o disposto no art. 11 do Decreto 7.892/2013, serão convocadas para assinar a Ata de



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

Registro de Preços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação.

**15.6.1** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período e por uma única vez mediante justificativa devidamente aceita pela Administração;

**15.6.2** A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo Representante legal da licitante;

**15.6.3** É facultado ao Tribunal, convocar as **licitantes remanescentes**, na ordem de classificação e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, para integrarem o cadastro de reserva.

**15.7** Publicada na Imprensa Oficial, a Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, conforme disposto no artigo 14 do Decreto n.º 7.892/2013.

**15.8** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao **fornecedor registrado** em igualdade de condições.

**15.9** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contado da data da sua publicação no Diário Oficial da União, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

**15.10** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou no artigo 17 do Decreto n.º 7.7.892/2013.

**15.10.1** Na hipótese acima a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar novo processo licitatório.

**15.11** A Administração deverá realizar periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados;

**15.12** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os **fornecedores** para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**15.12.1** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**15.12.2** A ordem de classificação dos **fornecedores** que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**15.13** O **fornecedor** poderá ter seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**15.14** O cancelamento do registro ocorrerá, a pedido, quando:

**15.14.1** o **fornecedor** comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

**15.14.2** o **fornecedor** não puder cumprir o compromisso, em função de o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, desde que devidamente comprovado e a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.

**15.15** O cancelamento do registro ocorrerá, por iniciativa do TRT, quando:

**15.15.1** o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;

**15.15.2** o fornecedor deixar de cumprir qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;

**15.15.3** houver razões de interesse público, devidamente comprovados e justificadas;

**15.15.4** não forem cumpridas as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

**15.15.5** o fornecedor não comparecer ou se recusar a assinar, no prazo estabelecido, o termo contratual decorrente da Ata de Registro de Preços.

**15.15.6** não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**15.15.7** sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

**15.16** Em qualquer das hipóteses anteriores, concluído o processo, o TRT fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos **fornecedores registrados** a nova ordem de classificação.

**15.17** A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

**15.18** Os pedidos a serem adquiridos pelo TRT serão realizados ao longo da vigência da ata de registro de preços. A cada solicitação, será emitida uma Nota de Empenho, onde estarão detalhados o objeto e quantidades para entrega;

**15.19** A partir do recebimento da Nota de Empenho iniciar-se-á o prazo para entrega do objeto.

**15.20** Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência deste Tribunal – Órgão Gerenciador.

**15.20.1** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o TRT para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

**15.20.2** As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da **adesão** à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos previsto no Termo de Referência e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

**15.20.3** O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quántuplo** do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**15.21** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da Ata.

**15.22** Caberá ao **fornecedor registrado**, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

## **16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1** Ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, garantida a ampla defesa a licitante que:

- I Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- II- Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Termo;
- III- Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- IV- Comportar-se de modo inidôneo;
- V- Fizer declaração falsa;
- VI- Cometer fraude fiscal.

**16.1.1** A **adjudicatária** estará sujeita às penalidades prevista do subitem anterior nos casos de:

- a) Apresentação de situação irregular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços ou recebimento da nota de empenho;
- b) Pela recusa injustificada de assinar de Ata de Registro ou receber a Nota de Empenho;
- c) Pelo não fornecimento do objeto, caracterizando-se a falta se a entrega não se efetivar dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, salvo quando expressamente justificado. .

**16.1.2** – Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

- a) - De até 2% (cinco por cento) sobre o valor global da Nota de Empenho se a entrega não se efetivar em até 15 dias do prazo estabelecido;
- b) De até 5% (cinco por cento) sobre o valor global da Nota de Empenho se a entrega não se efetivar após 16 dias do prazo estabelecido;

III- Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Tribunal, pelo prazo de até dois anos.

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**16.2** . A sanção de multa poderá ser aplicada conjuntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração deste Tribunal, declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

16.3. O valor da multa será descontado do pagamento devido à Contratada.

16.4. Inexistindo pagamento a ser efetuado, o Contratante oficiará à Contratada para que esta recolha aos cofres da União, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da correspondência, o valor correspondente à multa aplicada, devendo apresentar ao Contratante cópia autenticada do respectivo comprovante. Caso o recolhimento não seja efetuado, o valor correspondente à multa aplicada será cobrado judicialmente.

**16.5** Cabe ao órgão **gerenciador ou participante** aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, cabendo ao órgão participante informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

**16.6** Ao **órgão não participante** compete a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **17 DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**17.1** A (s) adjudicatária (s) deverá (ão) fazer a entrega do material, objeto da presente licitação, conforme os prazos e condições o estabelecidas no **itens 05** do Termo de Referência (Anexo I).

## **18 DO PAGAMENTO**

**18.1** O pagamento será efetuado conforme regras estabelecidas no **item 09** do Termo de Referência (Anexo I);



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

**18.2** O pagamento da fatura somente será efetuado se a CONTRATADA comprovar regularidade fiscal estadual e municipal, com as contribuições previdenciárias (INSS), Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, CNDT e FGTS(CRF), que será feita por consulta no SICAF ou nos sites oficiais da Secretaria da Receita Federal do Brasil, TST e da Caixa Econômica Federal, bem como comprovar regularidade fiscal estadual e municipal.

## **19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1** Após a declaração da(s) vencedora(s) da licitação, não havendo manifestação das licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o procedimento licitatório será submetido ao Diretor-Geral, para homologação;

**19.2** A critério do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região a presente licitação poderá ser;

**19.2.1 Revogada**, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

**19.2.2 Anulada**, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

**19.3** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento licitatório;

**19.4** As decisões do Pregoeiro somente serão consideradas definitivas após homologação pela autoridade competente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;

**19.5** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

**19.6** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação (art.5º, § único, do Decreto nº 5.450/2005);

**19.7** Fica entendido que o presente Edital, seus anexos e toda documentação da licitação são complementares entre si, de modo que quaisquer detalhes que se mencionem em um documento e se omitam em outro, serão considerados especificados e válidos;

**19.8** Em caso de divergência entre o (s) anexo (s) e o Edital, prevalecerá a redação deste último;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

**19.9** Outras informações sobre a presente licitação e quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidos junto ao Pregoeiro, na Seção de Licitações do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região – Avenida Senador Vitorino Freire, 2001, 3º andar - Bairro Areinha, Cep: 65030-015, São Luís-MA, telefones (98) 2109-9378 ou 2109-9379, nos dias úteis, no horário das 8 às 15 h ou via e-mail através do endereço eletrônico [cpl@trt16.jus.br](mailto:cpl@trt16.jus.br);

**19.10** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o TRT não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

**19.11** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

**19.12** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;

**19.13** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região;

**19.14 Na hipótese de haver diferença na especificação, entre a registrada no sistema comprasnet e no edital, prevalecerá a do edital;**

**19.15** A adjudicatária deverá avisar por escrito e de imediato qualquer alteração em seu endereço ou telefone, sob pena da aplicação das sanções previstas neste edital, garantida a prévia defesa.

**19.16** Dúvidas no encaminhamento da proposta eletrônica poderão ser dirimidas em consulta ao manual disponibilizado para os fornecedores no link: [publicações > manuais > pregões > pregão eletrônico – fornecedor](#); ou pelo telefone 0800.782323 ou e-mail: [comprasnet@planejamento.gov.br](mailto:comprasnet@planejamento.gov.br);

**19.17** O presente edital estará disponibilizado no sítio, [www.trt16.jus.br](http://www.trt16.jus.br), do Tribunal Regional do Regional do Trabalho da 16ª Região e no [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

São Luís, 28 de março de 2017.

Raimundo Nonato Monteiro Filho  
Pregoeiro Oficial

Gisele Fernandes Azevedo Cutrim  
Equipe de Apoio

Maria Lídia Borges de Sousa  
Equipe de Apoio

Natal Rodrigues Chagas  
Equipe de Apoio



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletrônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. Objeto**

O presente Termo de Referência tem como finalidade promover o **Registro de preços**, com possibilidade de aquisição futura, através de **Pregão Eletrônico**, dos medicamentos e materiais especificados no **Anexo A** deste Termo de Referência, para uso no Setor Odontológico e Seção de Biblioteca e Gestão Documental.

As aquisições serão feitas de acordo com a necessidade e conveniência do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região, mediante a emissão de notas de empenho.

**2. Justificativa**

Justifica-se a compra do objeto deste Termo de Referência diante da necessidade de manter a Unidade odontológica e Seção de Biblioteca e Gestão Documental, localizadas no prédio sede do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região e no Fórum Astolfo Serra com os medicamentos e materiais imprescindíveis ao atendimento de magistrados, servidores e demais usuários que necessitam dos serviços dessas Unidades.

**3. Fundamento Legal**

A solicitação está fundamentada na Lei nº. 8.666, de 21.06.93, Lei 10.520 de 7 de julho de 2002 e nos decretos 5.450/2005, Dec. 3.931/01 e **Decreto 7.892/2013**.

**4. Especificações dos materiais**

Materiais e medicamentos objetos deste Termo de Referência estão especificados no **Anexo A**.

**5. Prazo, Condições, Local da Entrega e do Recebimento**

O fornecedor registrado terá até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, para a entrega do objeto no Setor de Almoxarifado do Contratante, no edifício sede do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região, sito à Av. Vitorino Freire, 2001, Areinha, São Luís-MA, no horário de 8h às 15h;

a) Os materiais e medicamentos serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência;

b) A verificação da conformidade do objeto será feita no prazo de até 03 (três) dias, contados do recebimento provisório;

c) No caso de impropriedades, o Contratado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, para corrigi-las, após o que dar-se-á o objeto como recebido definitivamente, se for o caso;

d) O recebimento definitivo do material se convalida pelo atesto na nota fiscal por servidor do Serviço de Saúde, para tal designado.

**6. Critério de Aceitação dos Materiais/Medicamentos**

- I. Estar de acordo com as especificações técnicas contidas no Anexo A deste Termo de Referência;
- II. Estar acondicionados adequadamente em embalagens próprias de fábrica, intactas;



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA**  
**SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017**

III. Ter data de validade de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados da data do recebimento.

## **7. Das Obrigações do Fornecedor Registrado**

7.1. É responsabilidade de o Fornecedor Registrado providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com transporte, impostos, taxas, tarifas, e demais despesas necessárias à perfeita entrega do material e medicamentos pelo Fornecedor Registrado;

7.2. Em hipótese alguma será recebido material/medicamento que não esteja de conformidade com as especificações descritas nesse Termo de Referência;

7.3. Os materiais/medicamentos objeto deste Termo de Referência, entregues pelo fornecedor, deverão ser originais, reconhecidamente de boa qualidade, dentro do prazo de validade, observado o subitem III, do item 6, e devem respeitar as especificações descritas no Anexo A deste Termo de Referência;

7.4. Reparar, corrigir, ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, no prazo de estabelecido na alínea "c", do subitem 5, o material objeto deste Termo de Referência no qual se verifique vício(s) ou defeito(s) ou incorreção(ões) ou não tenham atendido as especificações;

7.5. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

7.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme prevê o parágrafo 1º do Artigo 65, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

7.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência;

7.8. Responder por quaisquer danos causados diretamente ou indiretamente ao TRT da 16ª Região, ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, na entrega do material, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização pelo Tribunal;

7.9. Certificar a data do recebimento da Nota de Empenho.

## **8. Das obrigações do Contratante**

I- Encaminhar a Nota de Empenho ao contratado;

II- Verificar a quantidade e as especificações dos materiais e medicamentos, objeto deste Termo de Referência, a qualidade, condições de embalagem e acondicionamento e se estão de acordo com as exigências;

III- Efetuar, por escrito, solicitação de troca quando recebido em desacordo com o pedido;

IV- Realizar o pagamento no prazo estabelecido;

V- Efetuar, por escrito, solicitação de material para fornecimento pelo Contratado.

## **9. Do Pagamento**



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA**  
**SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017**

9.1. O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil, a contar da protocolização da nota fiscal/fatura ou documento equivalente, na Diretoria de Cadastramento Processual (DCP), situada no térreo do edifício-sede deste Regional sito à Av. Vitorino Freire 2001, Areinha, São Luís-MA, CEP 65.010-650, no horário das 7h30 às 15h ou através de e-mail [servsaude@trt16.jus.br](mailto:servsaude@trt16.jus.br), sendo de responsabilidade de a empresa confirmar o recebimento da Nota Fiscal junto a Seção de Saúde.

9.2. Para fins de pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar devidamente atestada por servidor designado para a fiscalização do contrato.

9.3. Para fins de pagamento a contratada deverá estar em situação regular junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Justiça do Trabalho, comprovada mediante Certidão Negativa de Débito - CND, Certificado de Regularidade Fiscal - CRF, prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, atualizadas;

9.4. Na hipótese de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado no subitem 9.1 ou não estar em situação regular (item 9.3) passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, examinadas as causas da recusa.

9.5. Sobre o valor da fatura serão retidos os tributos e contribuições da União Federal, se for o caso;

9.6. Será dispensada a retenção tributária caso a Contratada comprove ser optante pelo SIMPLES;

9.7. Na hipótese de atraso no pagamento de responsabilidade da Administração, o valor a ser pago deverá ser atualizado e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculado à taxa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I= índice de atualização financeira

TX= percentual da taxa de juros de mora

EM= encargos moratórios

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento

VP= Valor da parcela em atraso

## **10. Da vigência da Ata de Registro de Preços**

A Ata de Registro de Preços resultante deste procedimento licitatório terá vigência durante um período de 12 (doze) meses, contados da publicação;

## **11. Da Assinatura da Ata de Registro de Preços**

11.1. A Administração do Contratante convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade de sua proposta para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência e no Edital.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA**  
**SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017**

11.2. O prazo acima mencionado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação da licitante vencedora, durante seu transcurso, no caso de motivo justificado, devidamente aceito pela Administração

## **12. Do valor estimado**

12.1. O valor estimado global para a presente aquisição é **R\$ 21.591,53 (vinte e um mil, quinhentos e noventa e um reais e cinquenta e três centavos)**, conforme detalhamento apresentado no Anexo A deste Termo de Referência.

## **13. Da Fiscalização**

13.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor do Setor Odontológico.

Cabe ao fiscal as seguintes atribuições:

I- Verificar a conformidade do material com as especificações, com a qualidade desejada.

II- Atestar a nota fiscal/fatura ou documento equivalente.

III- Determinar à Contratada que substitua o material em desacordo com as especificações estabelecidas.

IV- Rejeitar, no todo ou em parte, a entrega do material, providenciando junto à Contratada para que sejam sanadas, de imediato, as falhas detectadas.

V- Sugerir ao Contratante a adoção das medidas cabíveis sempre que as providências relacionadas com a execução do contrato ultrapassarem sua competência.

## **14. Das Sanções**

14.1. Fica impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência, garantida a ampla defesa e Contratada que:

- I. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- II. Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;
- III. Não mantiver a proposta injustificadamente;
- IV. Comportar-se de modo inidôneo;
- V. Fizer declaração falsa;
- VI. Cometer fraude fiscal.

14.2. A contratada também estará sujeita às penalidades do subitem anterior nos casos de:

1) Apresentação de situação irregular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços ou do recebimento da Nota de Empenho;

2) Pela recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou receber a Nota de Empenho;

3) Pelo não fornecimento do material, objeto deste Termo de Referência, caracterizando-se a falta se o fornecimento não se efetivar dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

14.3. Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Licitante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa:



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA**  
**SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017**

1. De até 2% (cinco por cento) sobre o valor global da Nota de Empenho se a entrega não se efetivar em até 15 dias do prazo estabelecido;
2. De até 5% (cinco por cento) sobre o valor global da Nota de Empenho se a entrega não se efetivar após 16 dias do prazo estabelecido;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com este Tribunal, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

14.3.1. A sanção de multa poderá ser aplicada juntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração deste Tribunal, declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

14.3.2. O valor da multa será descontado do pagamento devido à Contratada.

14.3.3. Inexistindo pagamento a ser efetuado, o Contratante oficiará a Contratada para que esta recolha aos cofres da União, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da correspondência, o valor correspondente à multa aplicada, devendo apresentar ao Contratante cópia autenticada do respectivo comprovante. Caso o recolhimento não seja efetuado, o valor correspondente à multa aplicada será cobrado judicialmente.

## **15. Do Cancelamento do Registro de Preço**

15.1. A Contratada poderá ter seu registro cancelado quando:

a) Por iniciativa da Administração:

I. Não cumprir as exigências do edital de licitação e as condições da Ata de Registro de Preços resultante desse procedimento;

II. Recusar-se a retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

III. Não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àquele praticado no mercado;

IV. Tiver presentes razões de interesse público.

b) Por iniciativa da própria Contratada:

I. Mediante solicitação por escrito, comprovando a impossibilidade do cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a execução do serviço, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

15.2. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

## **16. Da validade da Proposta**



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

As propostas apresentadas deverão ter prazo mínimo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

Na ausência de registro deste prazo no documento, o prazo mencionado será presumido.

### 17. Das Disposições Gerais

17.1. A aquisição do material do presente Registro de Preços será feita de acordo com a necessidade e conveniência do Contratante, mediante a emissão de notas de empenho.

17.2 Por se tratar de mera estimativa de gastos, as quantidades e os preços estimados no **Anexo A** deste instrumento não se constituem, em hipótese alguma, compromisso futuro para com a Contratada.

17.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

17.4 Os Órgãos não participantes da Ata de Registro de Preços poderão aderir até ao quádruplo da quantidade registrada, por item, para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes.

17.5 As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à presente Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados para o Órgão Gerenciador.

São Luís, 06 de fevereiro de 2017.

Gustavo André Weber  
Chefe do Setor Odontológico

Gisele Fernandes Azevedo Cutrim  
Chefe da Seção de Aquisições Públicas



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

ANEXO A

ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Álcool etílico 70 %. Embalagem com 1 litro	Frasco	12	7,80	93,60
2	Anestésico injetável a base de Cloridratos de Lidocaína e de Fenilefrina (vasoconstrictor), caixa com 50 tubetes de 1,8ml.	cx.	4	43,78	175,12
3	Anestésico injetável Mepivacaína a 3%, sem vasoconstrictor, caixa com 50 tubetes, cartuchos contendo 5 blisters c/10 unidades de 1,8ml	cx.	1	83,80	83,80
4	Babador descartável impermeável c/ 2 camadas de papel absorvível/ 1 de polipropileno (c/ 100 unidades) tam: 33X48cm	pct	20	15,90	308,00
5	Bicarbonato de sódio em pó ultrafino para profilaxia e jateamento, cxa. c/ 24 sachês de 40 gr	cx	2	49,90	99,80
6	Broca carbide esférica - CA, 22 mm, nº2, aço inoxidável.	unidade	20	10,34	206,80
7	Broca carbide esférica - CA, 22 mm, nº4, aço inoxidável.	unidade	20	10,34	206,80
8	Capas descartáveis de seringa tríplice para equipamentos da marca <b>Dabi Atlante</b> , cx. c/ 100 unid.	cx.	15	16,81	252,15
9	Cimento de Hidróxido de Cálcio radiopaco contendo em sua composição Tungstato de Cálcio, c/ 01 tubo de pasta base 13gr, 01 tubo de pasta catalisadora 11gr e 01 bloco de mistura, caixa c/ 24 gr.	cx	2	65,90	131,80
10	Cimento restaurador intermediário reforçado para restaurações provisórias de longa espera composto óxido de zinco e metacrilato de metila em pó frasco c/ 38gr.(IRM)	frasco	2	116,90	233,08
11	Coletor de material para descarte perfuro-cortante de 3 litros	unid	15	5,51	82,65
12	Condicionador ácido Fosfórico em gel a 37%+clorexidine, 3 seringas c/ 2,5ml.	kit	10	16,09	160,90
13	Cunha de madeira interdental , com rebaixo na extremidade para facilitar manuseio com a pinça, tamanho sortido. Embalagem com 100 unidades.	caixa	10	32,50	325,00



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

14	Curativo para tratamento e prevenção de alveolites base de fibras Penghawar djambi, eugenol, laurilsulfato de sódio, carbonato de cálcio ALVEOYL ou similar pote 10gr	<b>unid</b>	1	95,33	95,33
15	Dessensibilizante dentinário com KF 2%. Embalagem com 1 seringa com 2,5 mg	<b>seringa</b>	10	40,10	401,00
16	Detergente enzimático com pelo menos 3 enzimas contendo 200ml	<b>Frasco</b>	3	60,40	181,20
17	Elástico separador azul claro- diâmetro 4mm, para abertura de espaço interproximal. Embalagem com 500 unidades	<b>pacote</b>	2	13,00	26,00
18	Envelope papel grau cirúrgico auto-selante para esterilização em Autoclave, tam aproximado: 90x260 mm contendo 100 unid.	<b>pct</b>	10	21,17	211,70
19	Escavador de dentina, nº 2, para ART, com cabo de alumínio anodizado com diâmetro de 9,52 mm (Duflex ou similar)	<b>unid</b>	6	65,19	391,14
20	Escavador de dentina, nº 3, para ART, com cabo de alumínio anodizado com diâmetro de 9,52 mm (Duflex ou similar)	<b>unid</b>	6	65,19	391,14
21	Espelho Bucal plano Nº 05, em aço inox para uso odontológico	<b>unid</b>	20	6,80	136,00
22	Filme/película Radiográfico(a) periapical c/ 150 unid- adulto	<b>cx</b>	2	107,90	215,80
23	Fio de sutura odontológico de seda com agulha de 2 cm aproximadamente, tipo triangular cortante 3-0 , embalagem com 24 unidades	<b>Cxa/ pacote</b>	2	79,90	159,80
24	Fita matriz metálica - aço 0,05 mm de espessura, 7 mm de largura e 5 metros de comprimento	<b>cx.</b>	4	24,73	98,92
25	Fixador dental p/ Raio-X c/ 475ml – Frasco	<b>frasco</b>	6	13,90	83,40
26	Fio dental, embalagem profissional com 500 metros	<b>Caixa/tubo</b>	5	16,90	84,50
27	Fluoreto de sódio com 1,23% de fosfato acidulado em gel – 200ml - Sabor Tutti Frutti e Menta	<b>frasco</b>	10	5,10	51,00
28	Fosfato de zinco em pó cor A2,0 frasco c/ 28gr	<b>unid</b>	2	11,90	23,80
29	Fosfato de Zinco liquido frasco c/ 10ml	<b>unid</b>	2	11,90	23,80
30	Touca descartável em TNT c/ elástico (pct c/ 100 unidades)	<b>pct</b>	10	7,49	74,90
31	Guardanapos de papel Tamanho 33 x33cm, pct c/ 50 unid.	<b>pcts</b>	100	2,88	288,00
32	Ionômero de Vidro, modificado por resina, com triplo mecanismo de polimerização (foto,	<b>unid</b>	3	579,97	1.739,91



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

	auto e química) compatível com Vitremer, marca 3M ESPE, Kit com 5g do pó + 2,5ml do líquido + 2 ml do Primer + 2 ml de glazer.				
33	Ionômero de Vidro R <b>(para restauração)</b> . Pó(frasco com10gr) / líquido (frasco contendo 8ml ) compatível com Vidrion R, marca SS White ou similar	<b>unid</b>	4	55,49	221,96
34	Lâmina de bisturi Nº 12, caixa com 100 unidades	<b>caixa</b>	3	31,97	95,91
35	Lâmina de bisturi Nº 15, caixa com 100 unidades	<b>caixa</b>	3	31,97	95,91
36	Luva esterilizada Nº. 7,0/ Pacote com 1 PAR	<b>par</b>	24	1,85	44,40
37	Luvas Ambidestras p/ procedimento <b>Tamanho M</b> , em látex Cx. com 100 und.	<b>cx.</b>	100	21,96	2.196,00
38	Luvas Ambidestras p/ procedimento <b>Tamanho P</b> , em látex Cx. com 100 und.	<b>cx.</b>	100	21,96	2.196,00
39	Luvas Ambidestras p/ procedimento <b>Tamanho G</b> , em látex Cx. com 100 und	<b>cx</b>	50	21,96	1.098,00
40	Máscara Descartável c/ Alça Auricular (camada Tripla), caixa c 50 unid.	<b>cx.</b>	70	13,57	949,90
41	Material restaurador temporário a base de óxido de zinco e sulfato de zinco frasco contendo 20 gr (coltosol ou similar).	<b>frasco</b>	2	20,00	40,00
42	Matriz cervical, para classe V, transparente, em forma de concha e flexível - embalagem com 10 unidades e <b>2 cabos esterilizáveis em autoclave</b>	<b>cx</b>	1	89,00	89,00
43	Matriz cervical, para classe V, transparente, em forma de concha e flexível - embalagem com 20 unidades	<b>cx</b>	4	37,60	150,40
44	Microbrush, pincel com cabo plástico e ponta com fibras não absorventes e resistentes à abrasão, para aplicação de adesivo em cavidades. <b>Tamanho extra-fino</b> (Embalagem c/ 100 unidades)	<b>pacote</b>	10	14,99	149,90
45	Microbrush, pincel com cabo plástico e ponta com fibras não absorventes e resistentes à abrasão, para aplicação de adesivo em cavidades. <b>Tamanho fino</b> (Embalagem c/ 100 unidades)	<b>pacote</b>	10	16,86	168,60
46	Moldeiras descartáveis em polipropileno e espuma interna, para flúor, tamanho <b>G</b> , cx. c/ 50 und.	<b>cx.</b>	10	33,40	334,00
47	Óleo lubrificante para <b>alta rotação e baixa rotação</b> em spray, baixa viscosidade, c/ 200ml	frasco	5	39,56	197,80



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

48	Pasta profilática com flúor contendo 90gr	<b>unid</b>	10	11,60	116,00
49	Ponta Centrix vermelha, tipo agulha, para aplicação de materiais dentários, embalagem com 20 pontas.	<b>cx.</b>	10	109,59	1.095,90
50	Ponta diamantada cônica invertida 1033 – FG	<b>unid</b>	20	3,5	70,00
51	Ponta diamantada cilíndrica extremidade plana 1093 - FG	<b>unid</b>	20	3,5	70,00
52	Ponta diamantada esférica - FG 1013	<b>unid</b>	20	3,5	70,00
53	Ponta diamantada esférica – FG 1014	<b>unid</b>	20	3,5	70,00
54	Resina dental composta fotopolimerizável em <b>nanopartículas</b> , composição básica de BISgma, TEGdma e parte inorgânica de zircônia, aspecto físico pastoso, tam. Médio de partículas 0,6 microm. Filtek Z-350-3M ou similar - seringa com 4g - Cor <b>A3,5</b>	<b>seringa</b>	2	155,06	310,12
55	Resina dental composta fotopolimerizável em <b>nanopartículas</b> , composição básica de bisgma, tegdma e parte inorgânica de zircônia, aspecto físico pastoso, tam. Médio de partículas 0,6 microm. Filtek Z-350-3M ou similar- seringa com 4g - Cor <b>A3</b>	<b>seringa</b>	2	155,06	310,12
56	Resina dental composta fotopolimerizável em <b>nanopartículas</b> , composição básica de bisgma, tegdma e parte inorgânica de zircônia, aspecto físico pastoso, tam. Médio de partículas 0,6 microm. Filtek Z-350-3M ou similar- seringa com 4g - Cor <b>A2</b>	<b>seringa</b>	2	155,06	310,12
57	Resina dental composta fotopolimerizável em <b>nanopartículas</b> , composição básica de bisgma, tegdma e parte inorgânica de zircônia, aspecto físico pastoso, tam. Médio de partículas 0,6 microm. Filtek Z-350-3M ou similar- seringa com 4g - Cor <b>B3</b>	<b>seringa</b>	2	155,06	310,12
58	Resina dental composta fotopolimerizável em <b>nanopartículas</b> , composição básica de bisgma, tegdma e parte inorgânica de zircônia, aspecto físico pastoso, tam. Médio de partículas 0,6 microm. Filtek Z-350-3M ou similar- seringa com 4g - Cor <b>B2</b>	<b>seringa</b>	2	155,06	310,12
59	Resina dental composta Bulk de baixa contração, fotopolimerizável, para preenchimento em incremento único de até	<b>seringa</b>	4	160,92	321,84



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

	5mm, sem necessidade de resina de cobertura. <b>Seringa com 4g - Cor A1</b> (Filtek Bulk Fill 3M ou similar)				
60	Resina dental composta Bulk de baixa contração, fotopolimerizável, para preenchimento em incremento único de até 5mm, sem necessidade de resina de cobertura. <b>Seringa com 4g - Cor A2</b> (Filtek Bulk Fill 3M ou similar)	<b>seringa</b>	4	160,92	321,84
61	Resina dental composta Bulk de baixa contração, fotopolimerizável, para preenchimento em incremento único de até 5mm, sem necessidade de resina de cobertura. <b>Seringa com 4g - Cor A3</b> (Filtek Bulk Fill 3M ou similar)	<b>seringa</b>	4	160,92	321,84
62	Resina dental composta Bulk de baixa contração, fotopolimerizável, para preenchimento em incremento único de até 5mm, sem necessidade de resina de cobertura. <b>Seringa com 4g - Cor B1</b> (Filtek Bulk Fill 3M ou similar)	<b>seringa</b>	4	160,92	321,84
63	Revelador dental p/ Raios-X c/ 475ml - Frasco	<b>frasco</b>	12	13,90	166,80
64	Rolo de papel grau cirúrgico para esterilização em Autoclave 15 cm x 100m	<b>rolo</b>	6	90,27	541,62
65	Selante de cicatrículas e fissuras, fotopolimerizável, com flúor, opaco, com carga de pelo menos 50% -seringa c/ 2g	<b>kit</b>	6	37,85	227,10
66	Sistema adesivo para qualquer técnica de adesão (condicionamento ácido total, seletivo e autocondicionante), monocomponente, fotopolimerizável, com tampa Flip Top, frsc. c/ 5m (single bond universal-3M ou similar)	<b>kit</b>	3	282,45	847,35
67	Spray para teste de vitalidade pulpar (- 50°), frasco com 200ml.	<b>frasco</b>	2	41,53	83,00
68	Sugador de saliva descartável, em PVC, ponta colorida. pct c/ 40 unid	<b>pct</b>	50	5,75	287,50
69	Tira de poliéster, pré-cortada, tamanho: 0,05 mm x 10 x 100 mm, embalagem com 50 unidades.	<b>cx</b>	10	3,65	36,50
70	Tricresol formalina, associado a formaldeído. Frasco contendo 10ml	<b>frasco</b>	1	7,18	7,18
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>					<b>R\$ 21.591,53</b>



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA  
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS  
Pregão Eletônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017

## ANEXO II

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº \_\_\_\_/2017.

PROCESSO Nº 177/2017  
Pregão Eletrônico nº 08/2017

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, nº 2001 - Areinha, na cidade de São Luís - MA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 23.608.631/0001-93, neste ato representado pela Diretora Geral, Sra. Adriana Albuquerque de Brito, nomeada pela Portaria GP nº 1195/2015 de 23 de dezembro de 2015, publicada no Diário da Justiça do Estado do Maranhão, inscrito no CPF sob o nº 230.573.003-91 ou seu substituto, considerando o julgamento da licitação na modalidade de *pregão*, na forma eletrônica, para o **REGISTRO DE PREÇOS, nº 08/2017, processo administrativo nº 177/2017**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, **classificada em primeiro lugar** por apresentar menor preço, na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892/2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a **constituição de REGISTRO DE PREÇOS para.....**, conforme especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão Eletrônico* nº 08/2017, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. DO FORNECEDOR

Razão social: \_\_\_\_\_ CNPJ \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ E-Mail: \_\_\_\_\_  
Nome representante: \_\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_

#### 3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Item	Descrição Resumida	Marca	Qtidade/Unid.	Preço Unitário (R\$)



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA**  
**SEÇÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS**  
**Pregão Eletrônico SRP Nº 08/2017 – Proc. Nº 177/2017**

- 3.1 - Os Órgãos não participantes desta Ata de Registro de Preços poderão aderir até ao quádruplo da quantidade registrada, por item, para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes
- 3.2- As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à presente Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados para o Órgão Gerenciador.

**4. VIGÊNCIA DESTA ATA:**

4.1 - Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contado da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Maranhão para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

São Luís, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

-----  
Diretor-Geral do TRT 16ª Região

-----  
Representante da Empresa